



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2019
(Do Sr. IVAN VALENTE)

Requer ao Ministro de Estado da Cidadania sobre a execução das políticas destinadas à população em situação de rua.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA OSMAR TERRA**, pedido de informações, sobre os seguintes temas:

- 1) Qual a previsão para a realização de novo censo da população em situação de rua?
- 2) Qual número estimado de pessoas em situação de rua que o Ministério utiliza atualmente para a implementação de políticas públicas? De acordo com este número, qual a distribuição dessa população por município? Quantas crianças e mulheres estão em situação de rua no país atualmente? Quais foram os estudos utilizados para se chegar a essa estimativa?
- 3) O Ministério tem um sistema próprio de mapeamento da população da situação de rua que utilizam o Sistema único de Assistência Social - SUAS?
- 4) O Ministério lançou algum plano, estabeleceu alguma orientação ou diretriz para o atendimento à população em situação de rua para o período de baixas temperaturas?

- 5) Quantas vagas em serviços de acolhimento o Ministério financia atualmente? Qual o montante de recursos repassados neste ano? Qual a distribuição dessas vagas por município? Qual a evolução do número de vagas financiado e dos recursos repassados pelo Ministério nos últimos três anos?
- 6) O Ministério financia programas para o fornecimento de refeições para a população em situação de rua? Qual o valor destinado para cada Estado e município? Qual a evolução dos recursos repassados pelo Ministério para esses programas nos últimos três anos?
- 7) O Ministério financia a construção e a gestão de restaurantes comunitários? Qual a evolução dos recursos repassados pelo Ministério para essa finalidade nos últimos três anos?
- 8) O Ministério financia algum programa de assistência a mulheres grávidas e lactantes em situação de rua?
- 9) O Ministério prevê algum protocolo específico para a assistência a crianças e adolescentes em situação de rua? Há previsão de encaminhamento dessas crianças e adolescentes para programa que tenha como objetivo o fortalecimento de vínculo familiar?
- 10) Qual a evolução da execução orçamentária das políticas do Ministério destinadas à população em situação de rua nos últimos cinco anos e em cada programa?
- 11) Quais as entidades da sociedade civil foram certificadas como Entidades Beneficentes de Assistência Social pelo Ministério nos últimos três anos? Quais dessas entidades atendem a população em situação de rua?
- 12) Quantas reuniões foram realizadas desde janeiro de 2019 com a presença do Ministro e de outros Ministros para discutir a integração de políticas destinadas ao atendimento da população em situação de rua? Encaminhar as atas das reuniões, bem como cópia das agendas públicas em que foram divulgadas previamente sua realização.

JUSTIFICATIVA

A população em situação de rua vem crescendo em todo o país, sobretudo nas regiões metropolitanas, em razão de uma política econômica desastrosa, cuja principal consequência é o aumento da recessão e do desemprego em todo o país.

Em todas as grandes cidades, cada vez mais famílias são obrigadas a deixar suas casas para residirem debaixo de pontes e viadutos ou mesmo em praças públicas, sem acesso à alimentação, higiene, saúde e sujeitos a toda a sorte de violência.

A decadência da nossa economia não apenas aumenta a vulnerabilidade da população mais pobre, como também reduz a capacidade de investimento do Estado em políticas sociais.

A falta de sensibilidade histórica de nossos governantes faz com que os recursos destinados às políticas voltadas para a população em situação de rua sejam os primeiros a serem contingenciados e cortados.

A situação torna-se ainda mais dramática quando chega o período de baixas temperaturas na maior parte do país, época em que muitas dessas pessoas terminam morrendo pela falta de abrigo, pela falta de alimentação ou mesmo pela falta de um simples cobertor.

Diante desse contexto tão sombrio, impossível ignorar um dos fundamentos centrais da nossa República, o da dignidade da pessoa humana. É dever do Poder Executivo destinar recursos para políticas que atendam pessoas em tamanha situação de vulnerabilidade.

Por essa razão, precisamos compreender como o atual governo está lidando com essa questão, quais são as políticas que estão sendo financiadas, qual o seu alcance e quem são os parceiros que o Ministério elegeu para financiar e, assim, concretizar o atendimento dessa população.

São essas as razões que nos levam a solicitar as informações acima listadas.

Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP